

Criminalidade e respostas brasileiras à violência*

Por que jovens negros que moram em favelas ou na periferia das grandes cidades brasileiras correm maior risco de serem assassinados? Fatores como incremento do tráfico de armas de fogo, rentabilidade do comércio de drogas, corrupção, violência policial, ausência do poder público, cultura machista e falta de perspectiva de acesso aos bens de consumo são algumas explicações. Poucas iniciativas governamentais têm surgido no sentido de associar políticas sociais preventivas a políticas de controle e modernização das polícias. As boas perspectivas ficam por conta da aprovação do Estatuto do Desarmamento e das ações de jovens que buscam criar uma cultura alternativa ao tráfico em áreas violentas.

Silvia Ramos e Julita Lemgruber¹

O Brasil não está em guerra, mas nossas taxas de mortes violentas nos principais centros urbanos superam as de países que vivem conflitos armados. Análises comparativas com países em guerra ou em situação de conflito intenso concluíram que na cidade do Rio de Janeiro, tomados os mesmos períodos, morreram mais pessoas vítimas de armas de fogo do que nos combates armados em Angola (1998–2000); Serra Leoa (1991–1999); Iugoslávia (1998–2000); Afeganistão (1991–1999). Em todos esses conflitos, jovens são as principais vítimas. No município do Rio de Janeiro, 3.937 adolescentes morreram por ferimentos causados por balas entre dezembro de 1987 e novembro de 2001. No mesmo período, nos combates entre Israel e Palestina, 467 adolescentes morreram como resultado da ação de armas de fogo (Dowdney, 2003).

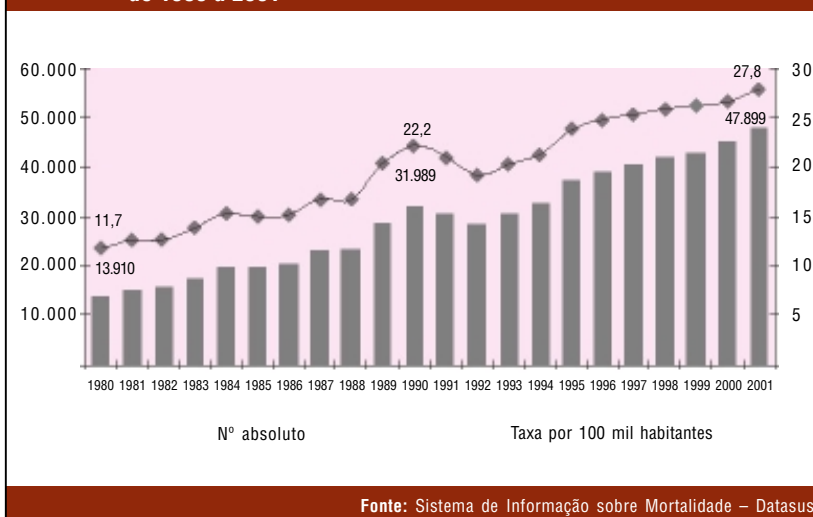
Em 2001, no Brasil, mais de 47 mil pessoas foram assassinadas. Entre os anos de 1980 e 2001, houve 646.158 homicídios dolosos no país, o que equivale a mais de 30 mil assassinatos por ano. Como se pode observar no Gráfico 1,² a curva de homicídios cresce, sistematicamente, ao longo de duas décadas.

A pequena queda observada entre os anos de 1990 e 1992 é atribuída a um problema no registro dos dados (Soares, 1999). Nesses anos, teria havido um grande acréscimo de registros de “mortes por armas de fogo e intencionalidade desconhecida” que não foram contabilizados como homicídios, concentradamente no Rio de Janeiro.

O Brasil passou de 11,7 para 27,8 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente nos anos de 1980 e 2001. Países da Europa Ocidental têm taxas inferiores a três mortes por 100 mil habitantes. Os Estados Unidos encontram-se na faixa de cinco a seis mortes por 100 mil habitantes, e nossa vizinha Argentina tem índices semelhantes aos dos estadunidenses.

Verificam-se importantes diferenças entre os estados brasileiros no que se refere a taxas de homicídio. Os índices vão de 8,4 mortes por 100 mil habitantes, em Santa Catarina, a 58,5 por 100 mil habitantes, em Pernambuco, o único estado que tem taxas concorrentes com as do Rio de Janeiro, com 50,5 homicídios por 100 mil habitantes (Gráfico 2). É importante observar, contudo, que a fragilidade dos dados com os quais se trabalha na área da criminalidade implica sérias limitações para a análise. Problemas de confiabilidade dos dados – alguns estados produzem informações mais qualificadas que outros – sugerem que qualquer avaliação definitiva sobre violência letal em cada estado da Federação deve ser considerada com

Gráfico 1 – Homicídios no Brasil: números absolutos e taxas por 100 mil habitantes de 1980 a 2001



1 Silvia Ramos e Julita Lemgruber são, respectivamente, coordenadora e diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes.

2 Os gráficos apresentados neste texto foram elaborados por Leonarda Musumeci e Dorian Borges, coordenadora e estatístico do Cesec.

cautela. Estudos da evolução das taxas de homicídio utilizam duas fontes: a Polícia Civil, cujos dados são baseados nos registros de ocorrências criminais (chamados de ROs ou BOs) e o Sistema Único de Saúde (SUS), com dados baseados nos certificados de óbitos (ver Musumeci, 2002). É sempre recomendável, para análises sobre dinâmicas locais, cotejar as duas fontes.

As comparações entre os estados brasileiros indicam que variáveis socioeconômicas, separadamente, não explicam as diferenças nos índices de violência letal nos estados. Estudos realizados por Cano e Santos (2001) em áreas metropolitanas no Brasil mostram que o número de homicídios é mais alto nos bairros pobres e mais baixo nas áreas favorecidas das cidades, sendo essa região intramunicipal a que revela mais forte influência da variável renda. No entan-

to, ao comparar os estados brasileiros, os mesmos autores concluem que as variáveis renda, educação e desigualdade têm impacto menos significativo nas taxas de homicídios do que a variável urbanização, ou seja, as municipalidades com alta proporção de população urbana detêm taxas muito mais altas de homicídio.

Jovens negros são as maiores vítimas

Uma outra característica muito intensa e preocupante no panorama brasileiro é a concentração dos homicídios na população jovem. Na faixa etária dos 15 aos 24 anos, as taxas são extraordinariamente mais altas do que as verificadas para a população como um todo. A tendência, como se observa no Gráfico 3, é nacional, ocorrendo mesmo nos estados com taxas de violência letal mais baixas. Quando examinamos

algumas áreas urbanas pobres, focalizando a população jovem, encontramos taxas de mais de 200 homicídios dolosos por 100 mil habitantes.

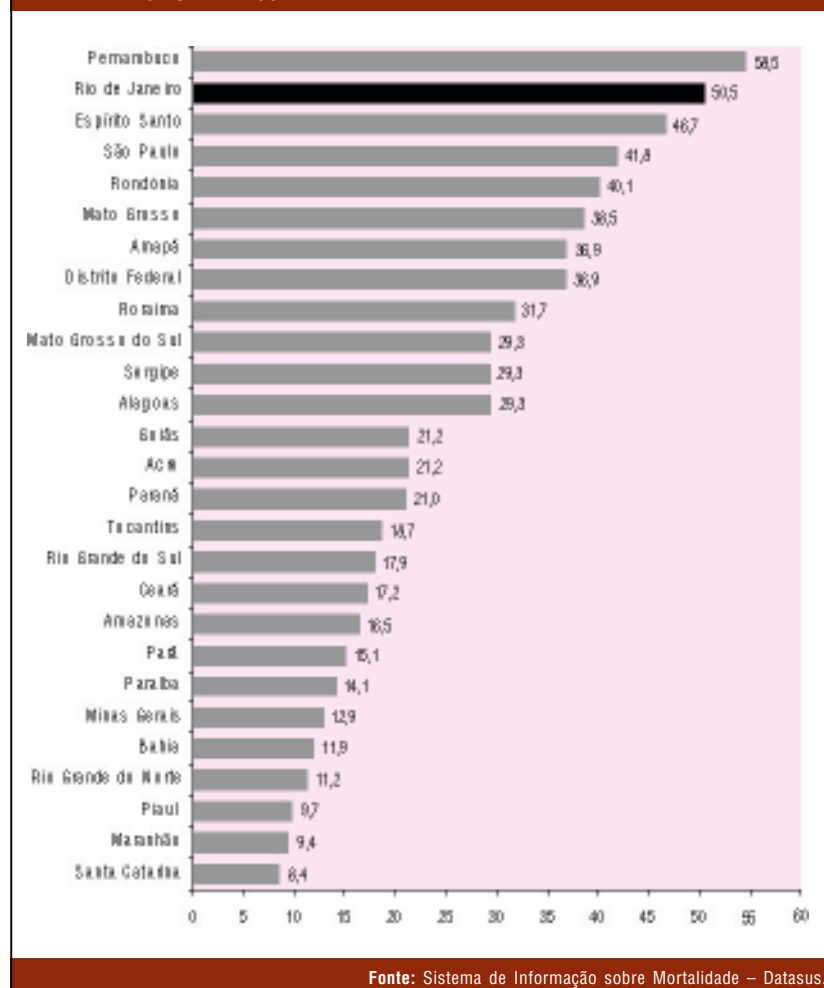
Paralelamente à idade, estudos recentes têm identificado a existência de uma dramática concentração de mortes violentas na população negra (soma das pessoas classificadas como pretas e pardas), indicando que a distribuição desigual de riquezas e recursos sociais (educação, saúde, saneamento) entre pessoas brancas e negras, no Brasil, acaba por provocar outro tipo de desigualdade: a distribuição da morte violenta. Assim, são as pessoas negras e, entre elas, as mais jovens, as vítimas preferenciais da violência letal.

As taxas de homicídios para pessoas negras são mais altas em todas as idades, embora muito mais acentuadas entre os 14 e 19 anos, faixa em que os números aumentam sistematicamente. Enquanto a diferença é de 2,8% aos 13 anos de idade, ela sobe para 10,3% aos 14 anos, e 17,2% aos 19 anos de idade. Em seguida, a diferença começa a diminuir, chegando a 6% depois dos 26 anos e a menos de 1% depois dos 48 anos de idade.³ Em termos gerais, no Brasil, os riscos de serem assassinadas são 86,7% maiores para pessoas negras do que para brancas.

Nas regiões metropolitanas do país, como se sabe, a criminalidade violenta cresceu predominantemente em favelas e bairros pobres das periferias urbanas. Nessas áreas, especialmente a partir da década de 1980, instalou-se o tráfico de drogas e com ele, surgiram os conflitos entre facções rivais que disputam o controle de um mercado altamente lucrativo. Também, ao longo dos anos, cresceram a violência e a corrupção policiais, umbilicalmente ligadas ao tráfico de drogas. Nesses territórios pobres e carentes de serviços públicos, registram-se os mais altos índices de violência letal. Nas cidades brasileiras mais violentas, é possível identificar uma geografia da morte, em que as maiores vítimas são jovens negros e pobres.

A Figura 1 ilustra a desigualdade na distribuição da violência letal entre os diversos bairros do município do Rio de Janeiro. O

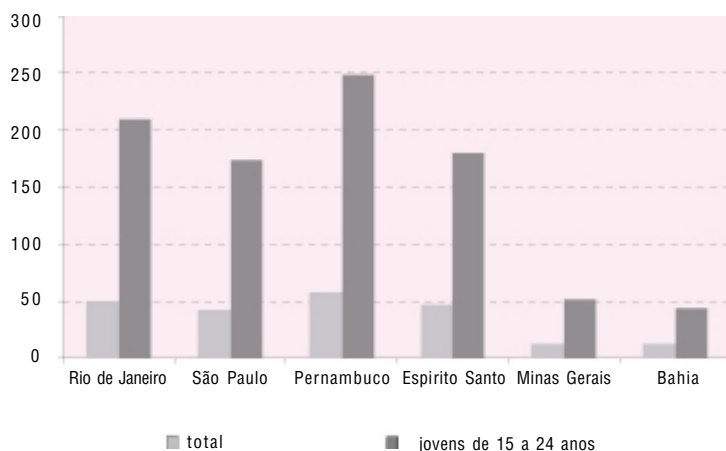
Gráfico 2 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos estados brasileiros e no DF – 2001



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

³ Informações contidas no estudo "A cor da morte", de Gláucio Soares e Dorian Borges, originalmente apresentado no seminário Violência e Racismo, organizado pelo Cesec/Ucam, em 2002, e publicado na revista *Ciência Hoje* (ver Soares e Borges, 2004).

Gráfico 3 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em diferentes estados brasileiros: jovens e total – 2001



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

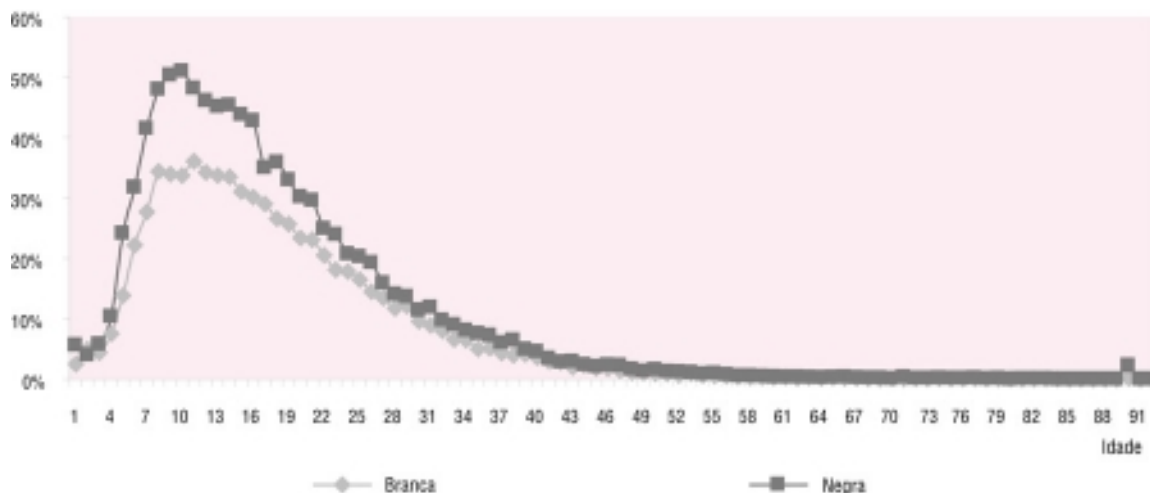
mapa traz a divisão do município em Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps). Como se pode perceber, as Aisps 2, 19 e 23, que englobam os bairros da Zona Sul da cidade (Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico e Barra), nas quais se concentram moradores e moradoras com maior poder aquisitivo, são aquelas que apresentam as mais baixas taxas de homicídios. Nessas áreas, são comuns taxas que variam de 4,7 a 10 homicídios por 100 mil habitantes, próximas dos padrões estadunidenses. Já as Aisps 27 e 9, situadas na Zona Oeste e

no subúrbio, que reúnem bairros pobres e regiões repletas de favelas, como Penha, Irajá, Rocha Miranda, Acari e Santa Cruz, chegam a registrar taxas de até 84 homicídios por 100 mil habitantes. Manchas territoriais de concentração de mortes violentas nos bairros pobres e nos aglomerados de favelas também se evidenciam em cidades nas quais estudos sistemáticos têm sido desenvolvidos, como os do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) sobre a violência letal em Belo Horizonte, como mostra a Figura 2.

Para analistas, está em curso, no país, um verdadeiro genocídio de jovens pobres, sobretudo da cor negra, decorrente da expansão veloz das dinâmicas criminais e do acesso ilimitado às armas de fogo (Soares, 2003). Sem dúvida, a combinação explosiva entre armas e drogas foi determinante para a escalada das taxas de criminalidade violenta nos grandes centros urbanos (Musumeci, 2002; Lemgruber, 2003). Em 1980, as mortes causadas por armas de fogo totalizavam 43,9% do total de homicídios no país. No ano de 2000, o percentual havia subido para 68%.

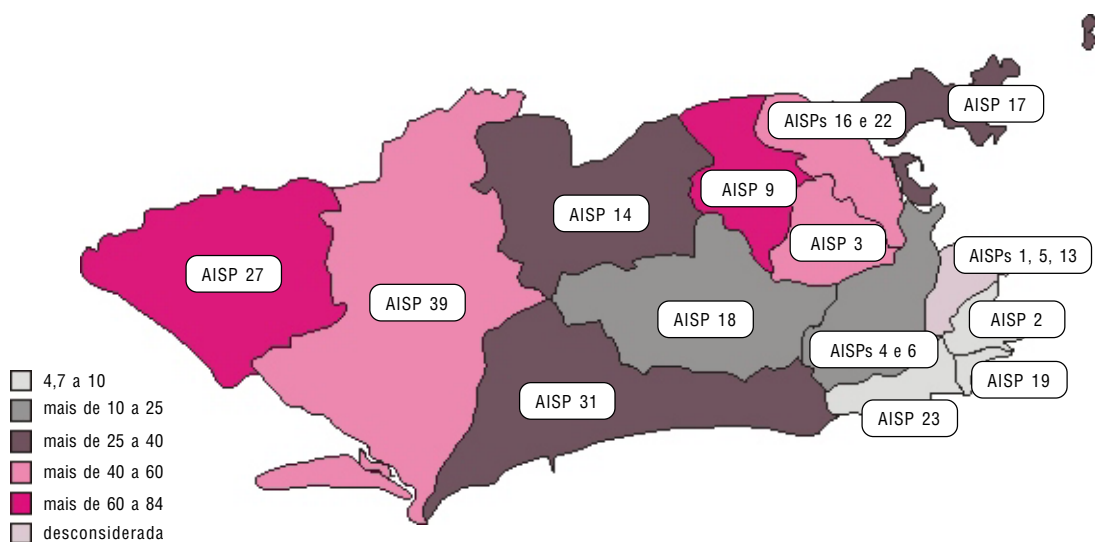
Boa parte das dinâmicas da violência que se estabelecem e se aprofundam nas duas últimas décadas se engendra nas redes de tráfico e consumo de drogas ilícitas. O crescimento acelerado de mortes violentas em favelas e bairros pobres pode ser explicado por uma combinação de fatores: a chegada da cocaína aos centros urbanos – como Rio, São Paulo, Vitória, Belo Horizonte – e às grandes cidades do interior, na década de 1980, e sua extrema rentabilidade; o aumento de policiamento violento e repressivo; as lutas entre facções rivais pelo controle dos pontos de distribuição e venda de drogas; e o emprego de armas de uso militar. A ausência dos poderes públicos (principalmente de uma polícia eficiente e honesta) em tais áreas favoreceu o estabelecimento e a ampliação do controle territorial dessas áreas por grupos armados de traficantes. Nesses territórios, o tráfico exerce forte po-

Gráfico 4 – Porcentagem dos homicídios no total de mortes segundo cor e idade no Brasil – 1997 a 2000



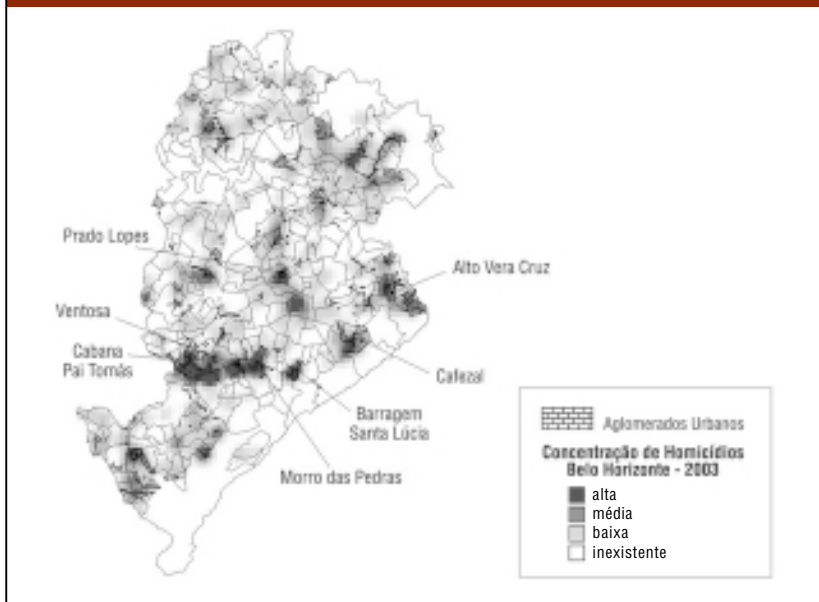
Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

Figura 1 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no município do Rio de Janeiro: Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) – 2003



Fonte: Musumeci (2004), com dados do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e IPP (estimativas populacionais 2002).

Figura 2 – Clusters de homicídio em Belo Horizonte – 1995 a 2000



Fonte: Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - Crisp/UFMG.

Polícia e políticas de segurança

O perfil socioeconômico e a baixa capacidade de pressão política das principais vítimas da violência podem ajudar a explicar o despertar tardio dos governos e da sociedade civil brasileira para o tema da segurança pública e para a necessidade de modernização, controle e democratização das instituições policiais. Apenas na década de 1990 começaram a ser registrados esforços sistemáticos de elaboração de políticas públicas de segurança baseados numa perspectiva contemporânea, identificada com a combinação entre eficiência e direitos humanos. Até então o tema era relegado, pela maioria dos governos, às esferas corporativas das próprias polícias.⁴ A indiferença e o silêncio no que dizia respeito à escalada de violência letal predominaram também entre amplos setores intelectuais e universitários, na mídia e mesmo entre as ONGs durante a década de 1 parte da década de 1990.

Decorrentes da ausência de investimentos e de políticas públicas racionais, a maioria das polícias do país foi se degradando, e muitas se tornaram violentas e ineficientes.

der de sedução sobre crianças e adolescentes, com escassas alternativas de emprego e renda e frágeis perspectivas de futuro. Grande parte vislumbra, nos lucros rápidos e na vida glamorosa inspirada pelo poder e pela presença ostensiva das armas, uma saída atraente, ainda que

freqüentemente letal. Essas práticas alimentam uma cultura – na qual predominam o despotismo, o machismo, as armas e a violência – que contamina boa parte da juventude desses locais, mesmo quem não se vincula diretamente ao tráfico de drogas ou ao crime.

⁴ No Brasil, a atribuição de polícia pertence aos estados da Federação, e as funções de policiamento preventivo e ostensivo em espaços públicos e de investigação estão divididas entre duas corporações distintas: a Polícia Militar e a Polícia Civil.

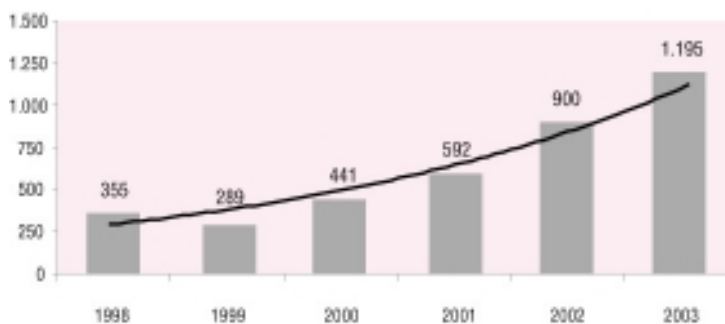
O crime organizado que se estrutura em torno do tráfico de armas e drogas, por meio de mecanismos em níveis diversos, corrompeu amplos segmentos das corporações policiais, em alguns casos atingindo desde as bases até as chefias (ver Lemgruber, Musumeci e Cano, 2003). Em alguns estados, a violência policial transformou-se em um problema maior e afeta diretamente as populações pobres das favelas e das periferias, que se vêem encurraladas entre a violência dos grupos armados de traficantes e a violência e a corrupção policiais.

No estado do Rio de Janeiro, a Polícia é responsável por mais de 10% dos homicídios dolosos, tendo as ocorrências chegado a 900 mortes, registradas como autos de resistência⁵, em 2002, e a 1.195, em 2003, denotando um crescimento extraordinário da violência policial, indicada no Gráfico 5. O Gráfico 6, com a taxa e o número absoluto de homicídios no mesmo estado, demonstra não haver correspondência entre política de segurança pública orientada para o confronto com os “bandidos”, como frequentemente assevera o governo do estado do Rio, e a redução de taxas de homicídios. Em 1999, a Polícia matou 289 pessoas, e a taxa de homicídios foi de 42,9 por 100 mil habitantes.⁶ Em 2003, a Polícia matou 1.195 pessoas, e a taxa de homicídios foi mais elevada: 44,5 por 100 mil habitantes. Enfim, embora o número de autos de resistência tenha crescido, consistentemente, entre 1999 e 2003, as taxas de homicídios não se comportam no sentido inverso.

O número de policiais mortos também tem aumentado, ainda que em proporção muito inferior ao número de civis, como mostra o Gráfico 7. Além disso, uma característica do fenômeno da morte de policiais no estado do Rio de Janeiro é a incidência predominantemente maior de mortes fora de serviço. Aproximadamente 70% das mortes de policiais ocorrem no “segundo emprego”, isto é, quando estão fazendo “bicos” como seguranças particulares.

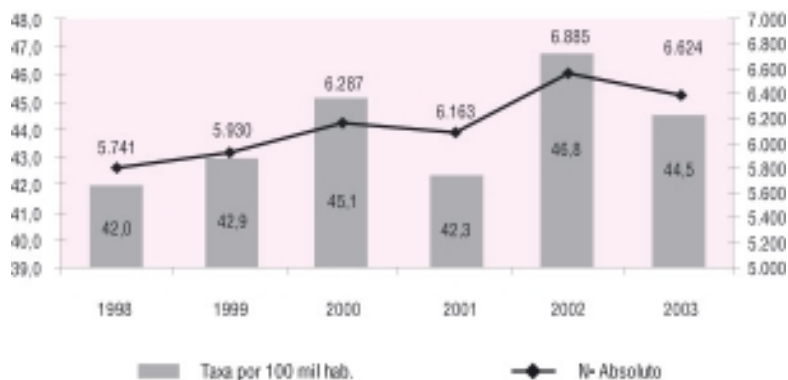
A violência policial também assume, do mesmo modo que as taxas de homicídios na cidade, uma geografia específica: está fortemente concentrada na Zona Oeste e nos

Gráfico 5 – Autos de resistência no estado do Rio de Janeiro: 1998 a 2003



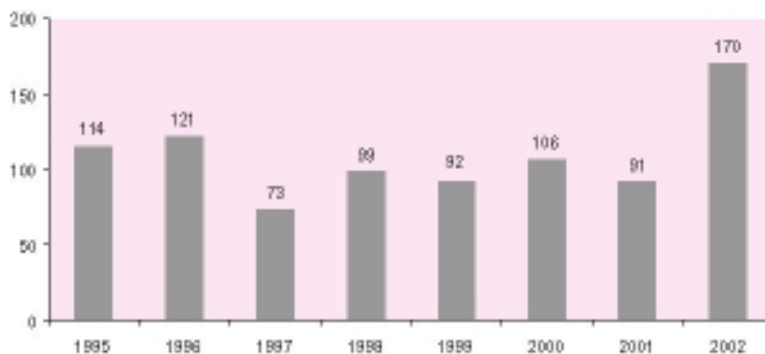
Fontes: Planilhas Asplan/PCERJ, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e IBGE.

Gráfico 6 – Número absoluto e taxa por 100 mil habitantes de homicídios no estado do Rio de Janeiro: 1998 a 2003



Fontes: Planilhas Asplan/PCERJ, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e IBGE.

Gráfico 7 – Número de policiais militares mortos no estado do Rio de Janeiro: 1995 a 2002



Fonte: Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro.

5 Mortes provocadas pela polícia que não são contabilizadas como homicídios.

6 Os Gráficos 5 e 6 foram elaborados a partir dos dados da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Portanto, não estamos utilizando aqui informações do Datasus.

Bairros do subúrbio, como indica a Tabela 1. A baixa presença de organizações de direitos civis nessas áreas, o interesse restrito dos meios de comunicação em noticiar ações policiais violentas em favelas (exceto em casos-limite) e uma espécie de “naturalização” da idéia de que conflitos em favelas provocam vítimas civis podem ajudar a compreender por que esses números só vêm crescendo nos últimos anos. O fato é que a violência policial encontra-se fora de controle dos comandos superiores, bem como a corrupção policial, que cresceu espantosamente na mesma proporção em que a “licença para matar” foi concedida.

O quadro atual pode ser resumido no fato de que a Polícia do Rio de Janeiro mata mais do que todas as polícias dos Estados Unidos juntas. E, é bom que se diga, os Estados Unidos convivem com índices de violência policial muito superiores a qualquer país do mundo desenvolvido. As características dessas mortes são importantes para compreender sua dinâmica. Um estudo minucioso realizado por Cano (1997), tomando os autos de resistência ocorridos nos anos de 1993 a 1996, na cidade do Rio de Janeiro, revelou que as vítimas são majoritariamente jovens do sexo masculino (de 15 a 29 anos), com ênfase na faixa de 20 a 24 anos) e que 64% das vítimas são negras, contrastando com a sua menor presença na população carioca (39%).

O estudo também mostrou que a ação policial dentro das favelas é mais letal do que em outros locais. Em 523 confrontos arma-

dos em favelas, a Polícia matou 512 pessoas. Fora das favelas, foram mortas 430 pessoas. Considerando o percentual da população que vive nessas áreas no Rio de Janeiro, este dado representa uma incidência de mortes seis vezes maior no interior das favelas. Além disso, a análise mostrou que quase a metade dos corpos recebeu quatro disparos ou mais e a maioria dos cadáveres apresentava pelo menos um tiro nas costas ou na cabeça, configurando casos evidentes de execuções sumárias entre as “mortes em confronto”.

Em relação a políticas de controle do uso excessivo da força policial, é digno de nota o projeto pioneiro da Polícia Militar de São Paulo. O Programa de Acompanhamento de Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (Proar) retirava das ruas, por seis meses, para acompanhamento médico e psicológico, policiais que fizessem disparos fatais. O programa foi adotado em 1995, durante a gestão Covas, e extinto em agosto de 2002.

Outro problema grave e generalizado acerca da atuação das polícias no combate ao crime é a baixa taxa de esclarecimento de delitos. Num dos únicos levantamentos feitos no país, Luiz Eduardo Soares concluiu, em 1996, que a Polícia do Rio de Janeiro esclarecia apenas 8% dos homicídios que registrava. Em 2003, o secretário de Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, Jorge da Silva, declarou que um levantamento da própria Polícia Civil concluiu que a

corporação esclarece apenas 4% dos homicídios registrados. Para se ter uma idéia da distância de padrões internacionais, a taxa de esclarecimento de homicídios na Inglaterra é de 87%. O fato de mais de 90% dos homicídios permanecerem sem autoria identificada, sem indiciados e punidos é um indicador do baixo valor que se dá à vida e um potente motor propulsor do cometimento de novos crimes violentos.

Em 2004, levantamento realizado por Musumeci⁷ indicou que é difícil contabilizar a tragédia das mortes violentas, pois, além dos homicídios dolosos registrados pelas instituições policiais e dos autos de resistência, o estado convive com uma taxa também crescente de desaparecimentos de pessoas, conforme mostra o Gráfico 8. Autoridades policiais confirmaram que cerca de 70% desses desaparecimentos devem estar relacionados a mortes causadas pelas disputas no tráfico de drogas.

Quando se analisam as prisões efetivadas, a baixa relação entre taxas de criminalidade violenta e taxas de encarceramento se evidencia no crescimento exponencial de prisões pelo delito “tráfico de drogas” (Gráfico 9). Em 1980, apenas 7,7% das pessoas presas do estado do Rio de Janeiro haviam sido condenadas por tráfico de drogas. Em 2000, último ano para o qual há dados disponíveis, 54,3% da população carcerária respondia pelo mesmo crime. Estima-se que, hoje, essa proporção seja superior a 60%.

A despeito desse aumento, não só as taxas de mortes violentas, mas também os crimes contra o patrimônio cresceram ao longo da década de 1990 (Gráfico 10).

Em relação às políticas de segurança, além das experiências de alguns estados – e, mais recentemente, de alguns municípios – que passaram a incorporar pesquisadores(as) e organizações da sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas, em 2002, durante o processo de eleições presidenciais, o Partido dos Trabalhadores apoiou a elaboração de um Programa Nacional de Segurança,⁸ que resultou de um amplo processo nacional de consultas e contou com a participação de mais de cem

Tabela 1 – Autos de resistência e policiais mortos em serviço em BPMs da capital Rio de Janeiro – 2003

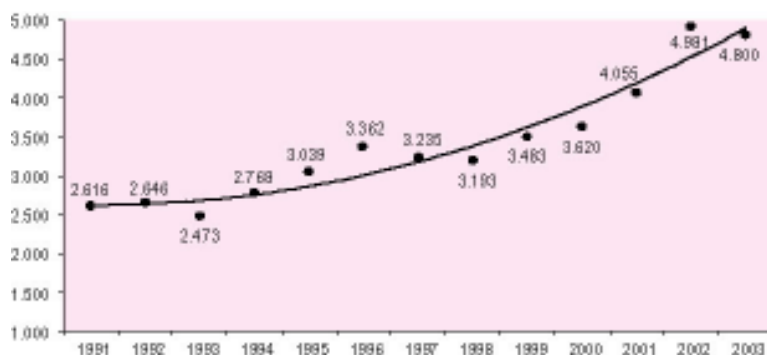
	População residente	Autos de resistência	Policiais militares mortos em serviço
Subúrbios	2.086.582	501	23
Zona Oeste	2.280.831	124	8
Zona Norte	625.207	61	2
Centro	221.572	55	0
Ilha do Governador	168.765	37	0
Zona Sul	435.368	20	1
Total Munic. do Rio de Janeiro	5.818.325	798	34

Fontes: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro/Asplan e Censo Demográfico 2000, IBGE. Elaboração: Cesec.

⁷ Os resultados completos foram publicados no jornal *O Globo*, de 2 de maio de 2004, e encontram-se disponíveis em <<http://www.cesec.ucam.edu.br/rjf/evolucao/13.xls>>.

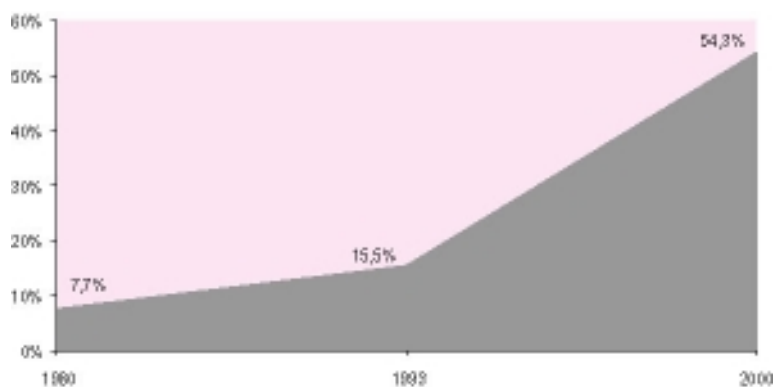
⁸ Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/senasp>>.

Gráfico 8 – Pessoas desaparecidas no estado do Rio de Janeiro: 1991 a 2003



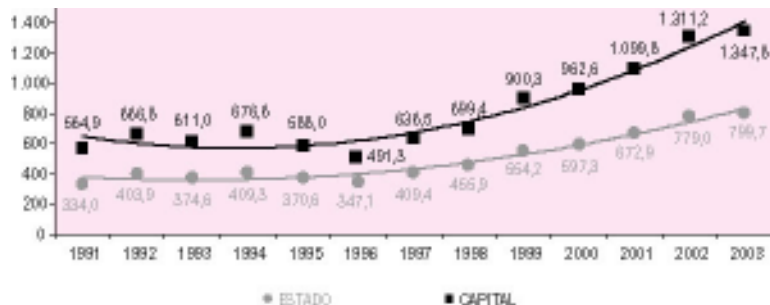
Fontes: Planilhas Asplan/PCERJ, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e IBGE.

Gráfico 9 – Percentual de presos por tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro: 1980 a 2000



Fonte: Desipe/RJ.

Gráfico 10 – Total de roubos registrados por 100 mil habitantes no estado e no município do Rio de Janeiro: 1991 a 2003



Fontes: Planilhas Asplan/PCERJ, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e IBGE.

especialistas. Pela primeira vez, o país conta com um programa elaborado a partir de um diagnóstico sistemático e uma visão estratégica do problema da violência, com a preocupação de combinar políticas sociais e preventivas com políticas policiais e repressivas e de controle e modernização das instituições policiais. O programa preconiza o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), por meio do qual trabalhariam integradas as polícias estaduais, a Polícia Federal e as guardas municipais, compartilhando informações, planejando e executando suas ações.

Desde o início da atual gestão nacional, contudo, os resultados se mantêm muito aquém do esperado. De fato, há propostas no projeto que demandam mudanças constitucionais, e, naturalmente, sua viabilização será demorada e sujeita a negociações. Mas há uma série de medidas que podem ser tomadas imediatamente, bastando que se considere a segurança pública prioridade. Por exemplo, a criação da Ouvidoria da Polícia Federal, que até hoje não se efetivou, depende, exclusivamente, do Ministro da Justiça. Se o governo federal quer mostrar que o controle externo da Polícia é fundamental num país em que grassam a corrupção e a violência nas forças policiais, o mínimo esperado é que crie sua própria ouvidoria.

O Fundo Nacional de Segurança Pública, para investimentos em todo país, conta, em 2004, com recursos de aproximadamente R\$ 400 milhões. O orçamento da segurança pública do estado de São Paulo corresponde a R\$ 5 bilhões. Se o programa será implantado ou não, em grande medida dependerá da capacidade de pressão que a sociedade for capaz de exercer para que o governo federal e os governos locais reconheçam a urgência dos temas da violência e a prioridade da segurança pública por detrás da cortina de silêncio favorecida pela baixa capacidade de vocalização de suas principais vítimas. Com raras exceções,⁹ por um lado, as respostas predominantes dos governos ao fenômeno da violência – independentemente de orientação partidária, tanto no plano federal como nos planos estaduais e municipais – parecem ser, ainda

9 Entre elas, vale mencionar o esforço do governo de Minas Gerais para apoiar um importante processo de modernização, reforma e transparência nas instituições policiais, com apoio de grupos de pesquisa e entidades civis.

nesses primeiros anos do novo século, a inércia, a lentidão de respostas e a naturalização da violência e da criminalidade (especialmente quando ela atinge populações marginalizadas); e por outro lado, os ímpetos de indignação e as ondas de “lei e ordem”, quando há ocorrências criminais rumorosas.

O Estatuto do Desarmamento

Entre as respostas da sociedade civil, em 2003, um importante passo foi dado para reduzir as mortes por armas de fogo. Sob a liderança de ONGs (principalmente o Viva Rio, no Rio de Janeiro, e o Instituto Sou da Paz, em São Paulo) que mobilizaram grandes manifestações públicas, além da articulação com parlamentares comprometidos(as) com políticas de paz e do apoio de parte importante da mídia, foi aprovado, no Congresso Nacional, o Estatuto do Desarmamento, que prevê uma série de dispositivos para controlar a venda e a posse de armas de fogo e proibir o porte (exceto para policiais civis e militares, membros das Forças Armadas e guardas municipais de cidades com mais de 250 mil habitantes).

O estatuto prevê também a realização de um plebiscito nacional em 2005, quando a população votará sobre a proibição de venda de armas de fogo em território nacional. Em 2004, depois de muita luta contra o *lobby* das fábricas de armas no Congresso e no Executivo, começou a ser implementada, com sucesso, a etapa do recolhimento de armas, antes de serem consideradas ilegais as armas em situação irregular.

Ainda é cedo para medir o impacto do desarmamento nas taxas de mortes violentas, e, possivelmente, o efeito mais importante do estatuto, em seu período inicial, será o debate nacional que o tema é capaz de suscitar e a manifestação da vontade da sociedade civil brasileira por uma cultura contrária às armas.

Jovens da periferia: nova mediação

No contexto das respostas civis à violência, pode-se vislumbrar um importante e recente processo de mobilização de jovens de favelas e bairros de periferia. São projetos, programas ou iniciativas locais baseados em ações culturais e artísticas, freqüentemente desenvolvidos e coordenados por jovens. Exemplos dessas iniciativas são o grupo Olodum, em Salvador, o Afro Reggae, o Nós do Morro e a Cia. Étnica de Dança, no Rio de Janeiro, além de centenas de agrupamentos locais (“posses”) mobiliza-

dos em torno da cultura *hip-hop* nas periferias de São Paulo, nas vilas de Porto Alegre, nos aglomerados de Belo Horizonte e em bairros pobres de Recife, Brasília e São Luís.

Esses grupos “disputam” jovens com o tráfico, exercendo outro tipo de sedução e usando estratégias de atração igualmente fortes. São comprometidos com uma cultura de paz e sintonizados com o espírito e os interesses contemporâneos: além de cultura e arte, valorizam Internet, computação, roupas e tênis da moda, viagens e intercâmbio regional e internacional. Em geral, os projetos caracterizam-se por quatro aspectos inovadores no repertório de princípios das entidades de “direitos humanos” da década de 1980 e das ONGs da década seguinte:

- 1) incentivo à geração de renda e emprego a curto prazo, buscando sucesso, colocação no mercado e profissionalização para as pessoas que fazem parte dessas organizações;
- 2) forte componente de afirmação individual, incluindo a formação de artistas e líderes, cuja fama passa a servir de exemplo e atração para jovens do local;
- 3) forte componente de afirmação territorial, sendo freqüente que as letras de músicas, os nomes dos grupos, as camisetas e roupas e as lideranças reafirmem os nomes das comunidades (Vigário Geral, Cidade de Deus, Capão Redondo, Candeal, Alto Vera Cruz, Alto do Pina) e sua origem como um signo de “compromisso” com a mudança da comunidade;
- 4) forte componente de denúncia do racismo e de afirmação racial negra, seja nas letras de músicas, nas indumentárias (cabelos afros, roupas) ou nos nomes de projetos (Música Preta Brasileira, AfroReggae, Companhia Étnica, Negros ou siglas como NUC, que quer dizer Negros da Unidade Consciente). No que diz respeito à violência e à criminalidade, a maioria dessas iniciativas se equilibra entre a denúncia da violência, do desrespeito e da corrupção policiais e a construção de uma trajetória de autonomia e independência em relação ao tráfico local.

Juntamente com o fenômeno de criação das “ONGs locais”, identificado por analistas (ver Pandolfi e Grynzspan, 2003), esses projetos e iniciativas – heterogêneos e não articulados entre si, mas que crescem consistentemente em favelas de várias cidades do país – vêm se tornando importantes, não só como pólos de construção de uma cultura alternativa ao tráfico, mas como *mediadores* entre a juventude das fave-

las, de um lado, e os governos, a mídia e, muitas vezes, atores internacionais, como fundações e agências de cooperação, de outro.

Esses “novos mediadores” trazem para o campo das ONGs, da esquerda e dos movimentos sociais, sindicais e associativos tradicionais novidades como: o interesse no mercado e os “fins lucrativos”, combinados com o compromisso com o comunitário; a afirmação de identidade territorial e racial, combinada com identidade social; a ênfase no subjetivo, nas trajetórias individuais, no sucesso e na fama, que se associam ao mundo da cultura e da arte. Tais novidades não deveriam ser desprezadas pelas pessoas que pretendem acompanhar as saídas que a sociedade brasileira produzirá, nesta década, a fim de enfrentar a violência e construir caminhos para a segurança, a justiça e a cidadania. ■

Referências bibliográficas

- BEATO, C. *et al.* Programa Fica Vivo: ações simples, e resultados efetivos. Informativo, ano 1, n. 5, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/ProgramaFicaVivo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2004.
- BORGES, Doriám. Dados sobre cor e racismo no Brasil. In: RAMOS, Sílvia (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.
- CANO, Ignacio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997.
- DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- LEMGRUBER, Julita. *Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2004.
- _____. Drugs, arms, poverty and governability: a Brazilian city in the 21st century. 2003. Disponível em: <<http://www.unodc.org/pdf/crime/publications/standards%20&%20norms.pdf>>. Acesso em: 18 out 2004.
- LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. *Quem vigia os vigias?* Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MUSUMECI, Leonarda. Homicídios no Rio de Janeiro: tragédia em busca de políticas. *Boletim Segurança e Cidadania*, Rio de Janeiro, Cesc, jul. 2002.
- PANDOLFI, Dulce; GRYNZSPAN, Mario (Orgs.). *A favela fala*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RAMOS, Sílvia; LEMGRUBER, Julita. Urban violence, public safety policies and responses from civil society. *Social Watch Report 2004*. Montevideú: Instituto del Tercer Mundo, 2004.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; BORGES, Doriám. A cor da morte. *Ciência Hoje*, out. 2004.
- _____. *Homicídios no Brasil: dados em busca de uma teoria*. Buenos Aires: Clacso, 1999.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Pacto pela paz: o consenso possível. 2003. Disponível em: <www.luizduardosoares.com.br>.
- WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência III: os jovens no Brasil*. Brasília: Unesco, 2002.